



BOLSONARO DEVE CAIR PELAS MÃOS DOS TRABALHADORES



As manifestações do dia 7 de setembro de 2021, polarizadas, reforçaram uma tendência política no Brasil desde a eleição de Bolsonaro: a crise de seu governo aumenta na mesma proporção em que os trabalhadores ampliam suas lutas. A campanha da direita ultraliberal, apesar de todo investimento, com muito patrocínio, inclusive com uso da máquina pública, não chegou nem perto do que se propunha: o tal do “ensaio geral” de um golpe foi mais um capítulo dos tanques e blindados “fumacentos” que no mês passado fizeram um desfile que virou piada internacional. Ainda que Bolsonaro tenha tentado articular apoio entre setores ultraconservadores da burguesia, como o rural, religiosos e quartéis, os atos dos bolsonaristas, concentrados na capital paulista e no DF, mantiveram o mesmo grupo de fanáticos alienados, os poucos mais de 20% que defendem o fechamento do regime, intervenção militar, escravidão “moderna” etc. Por outro lado, os atos dos trabalhadores, organizados pelos partidos de esquerda, centrais sindicais e movimento sociais, apesar terem superados as expectativas, foram, mais uma vez, boicotados pelas burocracias sindicais, que se furtam de organizar greves massivas. Ainda assim, levaram milhares de trabalhadores às ruas em todo o País, com palavras de ordem que mobilizam o povo em torno de suas necessidades básicas: comida, emprego, saúde. Em várias capitais, a exemplo de Belo Horizonte (MG), as manifestações deste ano foram as maiores expressões do “Grito dos Excluídos” que já ocorrem há 27 anos.

No entanto, Bolsonaro conseguiu mostrar que ainda tem capacidade de fechar acordos com a burguesia para manter-se no poder. A imprensa burguesa e os setores da direita que compõem a chamada “terceira via” esperaram o feriado da Independência para avaliar o apoio popular às ameaças golpistas de Bolsonaro e a capacidade da esquerda de mobilizar os trabalhadores com o Grito dos Excluídos. A data parece ter obrigado a direita, que não tem apoio popular, a buscar, mais uma vez, uma unificação em torno do disciplinamento do governo Bolsonaro. A conciliação de Bolsonaro com o STF, por intermédio de Michel Temer, sinalizou que a burguesia tem disposição para levar esse governo até o fim e pode mesmo apoiar sua reeleição.

Isso porque os setores da burguesia que querem se afastar de Bolsonaro, mas defendem sua política de subordinação ao imperialismo e contra os trabalhadores, encontram dificuldades em construir uma terceira via eleitoral, que os ajude a eliminar o risco da volta da esquerda ao poder, com a reeleição de Lula. E é nesse ponto que deve crescer o poder dos trabalhadores para decidir os rumos que a política nacional irá tomar.

Nenhuma frente ampla com partidos de direita poderá servir de saída para a crise econômica que devasta a vida e os direitos dos trabalhadores. A política econômica do PSDB, partido que tenta surfar na onda do antibolsonarismo para voltar ao poder, é a mesma de Bolsonaro, bastar ver os exemplos dos governos de João Dória, em São Paulo, e de Eduardo Leite, no Rio Grande do Sul, que atacam duramente os serviços públicos e os direitos básicos da população. O mesmo pode ser dito do oportunista Ciro Gomes, cria do tucano Tasso Jereissati.

A força do bolsonarismo, expressa no temor que se criou em torno do dia 7 e nos subsequentes bloqueios de estradas patrocinados pelo agronegócio, está sendo usada pela direita para convencer os trabalhadores de que eles precisam dela para se livrar desse governo. Mas é somente a insatisfação da classe trabalhadora que pode jogar o governo nas cordas e exigir uma saída para a crise, que atenda aos interesses da maioria da população. Portanto, cabe às organizações de esquerda, às Centrais, sindicatos e movimentos sociais organizarem a luta pela derrubada de Bolsonaro e de todo o conjunto da política neoliberal que massacra os trabalhadores. Essa luta deve ser feita com os métodos da luta de classes: com manifestações de rua, paralisações, ocupações e Greve Geral!

PRESSIONAR O SENADO CONTRA A VENDA DOS CORREIOS

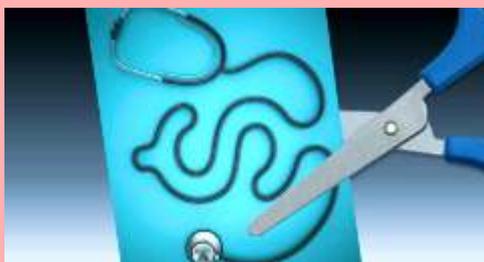


O Projeto de Lei 591/2021, que trata da privatização dos Correios, autorizando sua venda total em leilão, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 05/08 e seguiu para o Senado. Segundo o senador Otto Alencar (PSD/BA), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em entrevista ao jornal Valor Econômico, existe uma resistência no Senado a esse projeto.

Dois senadores desistiram da relatoria do projeto e Alencar precisou indicar um terceiro, Márcio Bittar (MDB-AC). Caso ocorram alterações no texto enviado pela Câmara dos Deputados, o projeto retornará para a Câmara para uma nova votação.

As últimas derrotas do Governo no Senado, na mini-reforma Trabalhista (MP 1045) e na resolução sobre os planos de saúde dos trabalhadores das estatais, abriram o caminho para ampliar o debate com os trabalhadores e a população e intensificar a mobilização contra a privatização dos Correios. Os Sindicatos e Federações devem mobilizar suas bases, na construção da luta verdadeira contra todos esses atentados à soberania nacional, que é em greve e nas ruas.

QUEDA NA VACINAÇÃO: A DIREITA GOVERNA A SERVIÇO DA MORTE



A cobertura de vacinação contra infecções como tuberculose e sarampo, que já vinha em queda, despencou ainda mais durante a pandemia. As taxas voltaram aos níveis da década de 1980.

Desde 2017, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass - denuncia que a taxa de cobertura na vacinação, que sempre foi alta no Brasil, vem caindo. Pioneiro na incorporação de diversas vacinas no calendário do Sistema Único do Saúde (SUS) e um dos poucos países no mundo que ofertam de maneira universal um rol extenso e abrangente de imunobiológicos, o Brasil, agora, deixa suas crianças mais suscetíveis a

doenças que podem ser evitadas com vacinas.

Especialistas alertam para o risco de ressurgimento de doenças graves. Para a poliomielite, doença grave que causa paralisia, por exemplo, a cobertura que chegava a 98% em 2015, caiu para 76% em 2020.

O comportamento anticidência, até de médicos, colabora com a situação. Porém, são os cortes de recursos para a área da Saúde, os planos de privatização do setor e a destruição das condições de trabalho dos servidores que destroem a política de Atenção Primária à Saúde (APS), que prevê acompanhamento dos cidadãos e exige ações de vigilância, prevenção e promoção.

MARCHA DA MULHERES INDÍGENAS REAFIRMA LUTAS E RESISTÊNCIAS



Na semana de lutas dos trabalhadores, a exemplo do Grito dos Excluídos, chegou à Brasília a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, reunindo cerca de 4 mil líderes de 170 etnias de todo o Brasil. O ato, com o tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra” seguiu até 11 de setembro.

A principal pauta da Marcha foi a luta contra o debate no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o Marco Temporal, no qual os indígenas só poderão reivindicar as terras que já ocupavam na data da promulgação da Constituição de 1988. O tema sofre grande pressão dos representantes do agronegócio, defensores da grilagem e da expropriação das terras indígenas. A marcha dá sequência ao Acampamento “Luta pela Vida”, que abrigou em Brasília cerca de 6 mil indígenas que protestaram também contra a política genocida do governo de Jair Bolsonaro.

Ao defender as tradições dos povos originários, do meio ambiente e do cuidado com o planeta, a luta das mulheres indígenas se soma às lutas da classe trabalhadora contra o governo que desmonta os serviços públicos, criminaliza quem luta pela terra e estimula a exploração predatória dos recursos naturais.

**Força aos povos originários!
Fora Bolsonaro!**